COTIDIANO ESCOLAR: E INCLUSÃO

PATRICIA CALFA

RESUMO

A educação inclusiva garante, por lei, a emenda nº 59/2009 alterou os incisos I e VII do artigo 208 da Constituição, determinando a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade. Consequentemente, a matrícula tornou-se obrigatória a partir da pré-escola, sendo o acesso à creche um direito de todas as crianças de 0 a 3 anos, devendo o poder público ampliar sua oferta gradativamente o direito de acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas. A educação como direito de todos tem se configurado no movimento originado da luta política, social, cultural e histórica, que decorreu principalmente a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), e que tem norteado diretrizes políticas de cunho internacional e nacional, para sua real efetivação. Em consonância com a proposta da Educação Inclusiva, mundialmente disseminada a partir de 1990, por forças de organismos internacionais como a ONU e UNESCO, as políticas educacionais vêm sendo oficialmente disseminadas no Brasil, em conformidade com a legislação em vigor, e provocando o redimensionamento da Educação Especial

A família e a escola são duas instituições que proporcionam o desenvolvimento fundamental das crianças com deficiências para sua trajetória de vida e para sua constituição enquanto sujeitos autônomos. São nestes contextos que se acentuam, se destacam e são trabalhadas suas dificuldades e suas potencialidades. O objetivo desse artigo, de revisão bibliográfica, será destacar não apenas as contribuições destes dois contextos, mas também a contribuição dos profissionais que atuam com estas crianças, para o processo de inclusão escolar.

PALAVRAS-CHAVES: Cotidiano Escolar; Educação Especial; Educação Inclusiva

INTRODUÇÃO

Hoje em dia vivemos um momento em que muito se fala de inclusão escolar. E a legislação é explicita para a matricula e acolhida de todas as crianças em idade de fase escolar, independentemente de suas necessidades ou não, é com grande desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem perder de vista que além das oportunidades é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como no desenvolvimento integral da criança com necessidades especiais.

A importância da educação fica expressa na compreensão das políticas públicas brasileiras como o alicerce e a necessidade primária para o cumprimento da cidadania e acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram à população o direito a uma educação de qualidade, compreendida como um processo educativo que leve os educandos a uma formação unilateral e cidadã. Essa escola de qualidade através de conteúdos e das relações sociais que proporciona, propicia o desenvolvimento humano na sua plenitude, condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.

A declaração de Salamanca aponta para um novo entendimento do papel da escola regular na educação de alunos portadores de necessidades especiais. Ela parte do pressuposto de que as escolas regulares que seguirem a orientação inclusiva que propõe constituirão um dos recursos mais eficazes de combater ás atitudes discriminatórias, criando comunidades integradas abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusive e atingindo a educação para todos, as escolas deveriam acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

A metodologia que será utilizada durante a pesquisa será a Qualitativa Bibliográfica, pois todo esse trabalho será produzido a partir de busca de matérias pré-publicadas tais como livros, artigos e materiais da internet. Ao pesquisar as bibliografias para a conclusão deste trabalho escolhi três publicações, sendo assim dividi este trabalho em três resenhas críticas individuais para cada bibliografia.

Primeiro a resenha do livro: AGUIAR, João Serapião de. “Educação inclusiva jogos para o ensino de conceitos”. Campinas, Papiris: 2015. Onde o autor descreve sobre a importância dos jogos para o ensino e aprendizagem para crianças com necessidades tanto motoras, quanto intelectual. Sendo o livro dividido em três capítulos: o primeiro descreve sobre a Educação Inclusiva. O segundo aborda estudos do jogo e da psicomotricidade na educação e no ensino de conceitos. O terceiro mostra uma experiência de pesquisa envolvendo prática pedagógica que utiliza o jogo para o ensino de conceitos a pessoas com problemas de aprendizagem e inclui um programa de jogos para esse fim.

Segunda parte é a resenha do livro: FACION, José Raimundo (org.) Inclusão escolar e suas implicações. Curitiba, Intersaberes: 2012. O autor fala das dificuldades das unidades escolares em se adaptar. O livro está dividido em seis capítulos, com pesquisas, artigos e práticas cotidianas, os autores descrevem relatos sobre os obstáculos que en-

contraram e encontram no trabalho da educação inclusiva.

Terceira parte é a resenha do livro: FRELLER, Cintia Copit; FERRARI, Maria Ávila de Lima e Dias; SEKKEL, Marie Cleire (org.) Educação Inclusiva – percursos na educação infantil. Itatiba, Caso do Psicólogo: 2011. O livro surge a partir de seminários realizados sobre o tema abordado com a organização de bibliografias e experiências adquiridas pelos palestrantes e pelas autoras, o livro está divido em dois blocos.

Sendo o primeiro bloco dividido com três capítulos e o segundo com quatro.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: JOGOS PARA O ENSINO DE CONCEITOS.

O livro Educação inclusiva jogos para o ensino de conceitos, está dividido em três capítulos, e a explicação dos jogos e por fim, a conclusão do autor ao realizar a pesquisa, que é tanto qualitativa que é uma pesquisa bibliográfica, quanto pesquisa quantitativa que é uma pesquisa de campo. O livro possui 96 páginas e foi publicado em 2015 pela Editora Papirus. É um livro de extrema necessidade para estudantes de pedagogia pois além de relatar os precedentes da inclusão escolar, retrata também jogos (atividades lúdicas) para didáticas com crianças com necessidades tanto intelectual quanto motora. Não posso deixar de ressaltar que trata também do currículo nacional. É uma experiência vivenciada pelo autor.

No primeiro capítulo trata da educação inclusiva: a importância da Declaração de Salamanca, que foi assinada na Espanha na cidade que leva seu nome, em 1994.

Com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reformas de políticas e sistemas educacionais. Essa Declaração é considerada um dos principais documentos mundiais para a inclusão social, também sendo considerada inovadora porque, como seu próprio texto diz "... proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de educação para 'todos'..." (p.16-17). Sendo assim ela amplia o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, independente do motivo.

Segundo capítulo aborda os estudos: Jogo (Brincadeira, Brinquedos e Lúdico) na Educação e no Ensino de Conceitos: Uma Visão Geral. É a abordagem da psicomotricidade na educação, o autor retrata que são atividades importantes no aprendizado dos educandos, pois são essas atividades que reúnem interessam e exigem concentração. É a partir de jogos, brincadeiras e brinquedos que o educando consegue criar, imaginar, fazer de conta, experimentar, medir, construir, pensar, aprender, dominar, conhecer o próprio corpo entre outros. "Os jogos fazem parte do ato de educar, num compromisso consciente, intencional e modificador da sociedade; educar ludicamente não é jogar lições empacotadas para o educando consumir passivamente; antes disso é um ato consciente e planejado, é tornar o indivíduo consciente, engajado e feliz no mundo." (p. 27-28). Portanto é importante salientar que todos os educandos tenham as mesmas oportunidades nos jogos brincadeiras e brinquedos, mesmo que para isso o professor tenha que adaptar os mesmos, importante que os educandos saibam que as atividades lúdicas são coletivas e democráticas.

Terceiro e último capítulo mostra uma experiência de pesquisa envolvendo o jogo no ensino de conceito a pessoas com problemas de aprendizagem, são duas pesquisas realizadas nos anos de 1997 e 1998, com 21 participantes entre deficientes mentais de nível intelectual moderado, de 08 a 17 anos de idade sendo 11 de sexo masculino. Teve como objetivo verificar a eficácia do ensino de conceitos relevantes para a vida cotidiana, por meio de jogos a pessoas com problemas de aprendizagem.

Conclui-se que o livro evidencia o papel dos jogos para o aprendizado no cotidiano, como recurso facilitador de pessoas com deficiência mental, reconhecendo o como um instrumento pedagógico importante no desenvolvimento intelectual e social do educando.

INCLUSÃO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES

O livro está dividido em seis capítulos onde vários autores com pesquisas, artigos e práticas cotidiana, juntamente com Facion descrevem relatos sobre os obstáculos que encontraram e encontram no trabalho da educação inclusiva e

apresentam também algumas manobras que deram certo, que conseguiram atingir o objetivo. Relato nessa resenha cada capítulo em parágrafos.

No primeiro capítulo os autores Carmem Lucia Guimarães de Mattos e José Raimundo Facion abordam: Exclusão uma meta categoria nos estudos sobre educação. Como o título mesmo do capitulo nos diz, criam-se inúmeras categorias para distinguir pessoas, para melhor definir quem são e quem não são excluídos. Retrata a discriminação que educandos de todos os tipos de categorias sofrem nas instituições escolares e consequentemente no mercado de trabalho, prejudicando seu futuro. Conclui que a exclusão permanece recorrente na educação e, ainda, em pleno século XXI, está muito presente no cotidiano escolar.

Segundo capítulo: Políticas Inclusivas

e possíveis implicações no ambiente escolar por Sandra Cordeiro de Melo, Solange Maria de Lira e José Raimundo Facion. Um breve conceito histórico inicia o capítulo sobre a implementação na Constituição sobre direitos igualitários a todos os indivíduos, mas que sabemos na pratica isso não ocorre. " Ou seja, garantir o acesso de alunos com deficiência a classes regulares não necessariamente garante seu sucesso escolar". (p. 55). As políticas inclusivas educacionais adotadas no pais, por décadas passadas são iniciativas que tentam romper com programas compensatórios de natureza "Inclusiva", que acabam por legitimar a "Exclusão". O capítulo aborda também o educando com transtorno autista e a sua inclusão escolar, conclui – se que a partir de leis criadas especificamente para os autistas e as leis que envolvem a inclusão escolar, que ouve um aumento de educandos com transtornos autistas em classes regulares, é importante entender a mudança social desse indivíduo, é fato que o ambiente influencia na aprendizagem e desenvolvimento e o papel fundamental da escola é inseri – ló as atividades e na socialização do educando.

A deficiência intelectual e a educação contemporânea por Miriam Aparecida G. de Souza Pan, capítulo dirigido a educandos com deficiência intelectual, traz uma pesquisa realizada no Estado do Paraná em uma escola de rede pública, explica que existem graus variados da deficiência intelectual e que a inclusão é prevista em leis onde educandos com necessidades especiais têm o direito de frequentar escolas comuns, retrata também a importância da Declaração de Salamanca. A autora explica em que há casos em que a legalidade não pode ser realmente efetivada, e há escolas e profissionais da educação despreparados para esses educandos, porque quanto maior o comprometimento cognitivo, maior sua associação com alterações motoras, sensoriais e distúrbios comportamentais e nesse caso os educandos precisam contar com o apoio pedagógico individualizado. Não há dúvidas de que a inclusão escolar significa muito mais do que fornece um ambiente educacional adequado para educandos com necessidades especiais. Mesmo para aqueles que estão fora da possibilidade pedagógica, a socialização com educandos de cognição normalmente se torna o objetivo principal.

Gisele C.T. de M. Levy e José Raimundo Facion abordam no quarto capítulo o papel do professor na educação inclusiva. Descrevem a dura realidade enfrentada pelos professores inseridos no modelo de inclusão, como todos os tipos de adversidades, desde baixos salários, falta de recursos, violência em sala de aula á condições péssimas de trabalho gerando assim o stress e a síndrome de Burnout que nada mais é do que desgaste profissional. Pois a falta de formação adequada desse profissional ganha destaque quanto o tema é inclusão, muitos professores sentem – se confusos, despreparados e incapazes de acolher educandos com necessidades especiais, porém esse reconhecimento não deve ser a única justificativa para os fracassos da inclusão escolar e sim um alavanco para que novas atitudes e experiências bem-sucedidas sirvam para a qualidade e equidade de uma educação para todos.

A formação de professores por Ruth C.M. de Castro e José Raimundo Facion; quinto capítulo do livro. Infelizmente dados e pesquisas realizados pelos autores citados, mostram que a formação de professores no Brasil deixa muito a desejar. Os autores explicam que até 2005 havia o magistério em nível de Ensino Médio que formavam professores para atuarem na educação infantil. Hoje em dia não temos mais o nível técnico, os professores têm que fazer licenciatura, porém o que falta é a inovação, criação, tecnologias, para a experimentação, precisamos de professores que encarem os desafios, que encontre soluções para o dia a dia e auxiliem o educando a encontrar formas de resolver seus próprios problemas cotidianos. Formar professores com aulas expositivas, em salas fechadas, nas salas de aula das universidades e faculdades, é fadar a educação brasileira ao fracasso. Por isso é fundamental uma ação formativa que leve ás suas práticas reflexões e dialogando com ela e seus pares, que eles possam criar alternativas de aulas mais instigantes, desafiadoras.

O sexto e último capítulo é um diálogo com o leitor, Perspectiva da Inclusão

Escolar e suas efetivações, o inicio os autores Maria de Fátima M. Caldeira Silva e José Raimundo Facion retratam uma breve história sobre a inclusão social no mundo, através dos séculos. Logo após falam da importância de três Declarações, sendo a primeira a Declaração de Madri (2002) que tem como objetivo a não discriminação e

a inclusão social; a Declaração de Caracas (2002) que destaca a melhoria na qualidade de vida com pessoas com deficiências e pôr fim a Declaração de Sapporo (2002) que se opõem as guerras, a violência e a todas as formas de opressão. Este capítulo aborda vários conceitos e temáticas como a pratica da inclusão escolar no Brasil, tem a intenção de fazer refletir o leitor, que a forma como estamos habituados e como é feita a inclusão precisa ser alterada, propõe mudanças de paradigmas, sepulta o modelo singular de educação, sugere sua pluralidade, abala a arcaica estrutura do professorado. Conclui – se que nos resta empenho, dedicação, vontade, pois mudar o modelo de educação que está aí por décadas, eliminar barreiras físicas e mentais que impedem nossas ações, temos que quebrar paradigmas conservadores, que nos oprimem e nos excluem, são os maiores desafios dos educadores.

A partir da página 207 Facion que foi o organizador desse livro, descreve uma pe-

quena biografia de todos os autores envolvidos no livro, biografia da vida acadêmica e profissional.

Dentro do escopo da minha reflexão, concluo o livro que é fazer da escola um espaço onde todos possam ter os mesmos direitos; onde todos possam ser tratados com igualdade de direitos; onde os educandos deficientes não sejam olhados como "o outro, o anormal, o diferente"; onde a escola possa ver a diversidade não como um problema, mas sim como um atributo somatório na construção das experiências; onde a escola seja um espaço capaz de garantir que professoras e professores, coordenadores e coordenadoras, pais e mães, alunos e alunas e a comunidade como um todo, com ou sem algum tipo de deficiência, possam crescer juntos em busca de uma sociedade humanizada, onde a pessoa seja o alvo principal.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – Percursos na educação infantil.

Em meio a inúmeros debates sobre o tema: Educação Inclusiva as autoras organizaram esse livro, através dos seminários elaborados pelo Laboratorio de Estudos sobre o Preconceito (LaEP) e a Pré-escola Terapeutica Lugar de Vida, ambos ligados ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, uniram pesquisadores e educadores para reflexão de teoria e prática da educação inclusiva na Educação Infantil.

O livro está dividido em dois blocos, assim como o seminário expõe ensaios teóricos e experiências vivenciadas pelos participantes. O primeiro capítulo

"Ambientes Inclusivos para a Educação Infantil: Considerações sobre o exercício docente"; os autores Marie Claire Sekkel e Ricardo Casco retratam a sociedade atual, como uma sociedade egoísta, discriminatória e excludente, aborda também a decadência da formação do professor para a inclusão. Concluo esse primeiro capítulo, para que essa inclusão aconteça é importante que a formação de professores esteja capacitando-os para lidar com pessoas com deficiências, distúrbios, transtornos, dificuldades, e mais que isso saber diferenciá-los entre si. À medida que as leis sugerem e a sociedade cobra um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino. Para servir ao espaço pedagógico, fruto da transformação da escola, as universidades são convocadas a reorganizem seus programas curriculares, pesquisando, estudando e redefinindo os paradigmas educacionais, revisando estratégias e conteúdo de formação, a fim de preparar o professor para a diversidade, pois a Educação Inclusiva só terá seus objetivos alcançados se todos os envolvidos neste processo vivenciarem atitudes e valores, tendo um olhar educativo coletivo e criativo.

O percurso da Educação Infantil para a inclusão: a infância na creche. Como o próprio título já diz a autora Maria Letícia B. P. Nascimento aborda no segundo capítulo a primeira fase da infância, realiza uma breve história social da criança e da família traçando um paralelo até os dias atuais. Entendendo a criança como alguém em desenvolvimento, compreende-se que não se age com ela como se esta não interagisse. A criança mesmo pequena tem suas vontades, suas necessidades e desejos que precisam ser considerados, compreendidos e respeitados. Toda ação precisa ser refletida, discutida antes de ser praticada. Neste sentido, é a criança antes de qualquer pessoa, precisa ser questionada e ouvida por alguém no qual ela confie, pois é ela que vai se desligar de um grupo no qual interagia tentar criar um novo vínculo com outras crianças. A creche entendida como uma instituição educativo-profissional torna-se o primeiro local onde a criança vivencia situações de inclusão. Desde os momentos assistenciais (alimentação, higiene, descanso), até as brincadeiras e atividades pedagógicas, a criança estará participando de escolhas que incluem ou excluem objetos e/ou pessoas. Nossa sociedade gira em torno dessas situações, devido às escolhas que fazemos a partir daquilo que nos interessa. Acredita-se que sendo a creche um ambiente onde a criança inicia sua interação com pessoas sem nenhum grau de parentesco, torna-se relevante um trabalho pedagógico consciente.

Gisele Ortiz escreve o terceiro capítulo do primeiro bloco deste livro: Educação Infantil e Exclusão Cultural, a educação de crianças tem se tornado cada vez mais complexo na medida em que os meios de comunicação, na mesma proporção em que criam uma cultura globalizada capaz de padronizar comportamentos e modos de vida acentuam as diferenças sociais existentes. Fazendo com que aqueles sujeitos – nesse caso, crianças – que pertencem a etnias, classes sociais, cor, sexo e corporeidade diferentes passam a conviver com a exclusão social. Tudo isso vai exigindo dos professores e da escola a proposição de novas metodologias de ensino que atendam a diversidade de crianças em salas de aula, e encontre formas democráticas de trabalhar respeitando as contradições existentes na escola.

No quarto e último capítulo do primeiro bloco do livro, Rinaldo Voltolini fala do ponto que deve ser examinado a ética da inclusão e oferece sustentar uma igualdade que respeite as diferenças como eixos paradigmáticos da dita política inclusiva. Essa posição retrata a divergência em relação à política anterior, que seria da integração, e seus padrões seria o de criar a coesão numa tentativa de normalizar o aluno significativamente diferente. O autor expõe a uma reflexão sobre a questão

da diferença do ponto de vista ético, convocando tanto os aspectos sociais como individuais, em que a questão tática é objetivada e o inconsciente considerado. Sendo assim, a educação inclusiva passa decisivamente por uma implicação subjetiva da parte de todos os envolvidos não bastando para tanto considera-la um conjunto de medidas legais e administrativas.

Segundo Bloco: Solange A. Emílio e Flávia B. M. Cintra iniciam o primeiro capítulo do segundo bloco que são as práticas vivenciadas pelos participantes dos seminários, as autoras contam a sua experiência com a educação inclusiva em uma escola particular na região oeste de São Paulo, retratam a importância de um currículo adaptado para a Educação inclusiva que tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo como um todo ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula. Nessa perspectiva a função da educação inclusiva é de favorecer a aprendizagem, servindo de medidor entre a pessoa e o mundo, alicerçando o desenvolvimento.

Segundo capítulo: Marli S. Siqueira, Maria Cecília S. Santos e Silvana L. Yamabuchi trabalham no Núcleo de Educação Inclusiva do Departamento de Orientação Educacionais e Pedagógicas da Secretária Municipal de Educação de Guarulhos, elas são psicólogas e terapeuta ocupacional. Neste capítulo elas abordam um relato de vivencia e convivência, com as unidades escolares desse município e a inclusão, mas o principal objetivo delas é descrever a importância para a educação inclusiva é o trabalho em equipe interdisciplinar.

Maria Cláudia Leme Lopes da Silva descreve o terceiro capítulo a sua experiência na creche em que trabalhou por anos como psicóloga, a creche localiza dentro de uma universidade e acolhe aos filhos dos funcionários, então existe crianças de todos os níveis socioeconômicos sendo assistida. A autora relata a rotina na creche e a sua supervisão. Conclui-se que o movimento da educação inclusiva implica na transformação da sociedade e suas instituições e que todos têm que estar envolvidos, para que reconheçam a diferença de todos e não de alguns e que acolha a todos nesta diferença. Então, os maiores desafios que encontramos em uma instituição como a escola ou em uma sociedade que não avançou no sentido da inclusão, é o de repensar as suas próprias regras, o próprio modo de atuar, suas práticas naturalmente excludentes, que consideram que as diferenças existem em alguns e não em todos.

No último capítulo do segundo bloco do livro a autora Marise Bartolozzi Bastos, psicanalista no Grupo Ponte que atua junto com a Associação Lugar de Vida, traz sua experiência e a importância da equipe interdisciplinar. Essa associação atende crianças gravemente comprometidas e por isso não podem frequentar a escola regular. A autora relata que é preciso considerar a deficiência como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter, ressaltando que é preciso conhecer as pessoas e enxergá-las como alguém com talentos e potencialidades, desejos e dificuldades, não com benemerência e caridade, mas propiciando oportunidades de acesso para conhecer, conviver, apoiar, ensinar, acreditar. É sabido que existem resistências, medos, inseguranças, inquietações frente ao desconhecido e ao diferente.

Ao final do livro tem uma pequena biografia das autoras e de todos os participantes.

Concluo do livro, entre as pesquisas bibliográficas e as práticas vivenciadas que quando a criança ao entrar em um espaço escolar em que as diferenças são bem- vindas, vai aprender de forma natural a valorizar o outro por aquilo que ele é, que é capaz de realizar. Aprenderá que não há limites para a aprendizagem humana e que a imposição de limites denuncia a limitação de seu ator, me refiro ao currículo, às bases e diretrizes, as leis existentes, as barreiras externas e internas. Desta forma, pensar em mudança de paradigmas e em consequente transformação da escola em inclusiva implica no reconhecimento de que a educação infantil é o primeiro espaço em que as mudanças devem se efetivar. A construção de um ambiente inclusivo propicia condições para que todos os envolvidos no processo educacional possam dirigir a atenção sobre si mesmo e escutar o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado Educação Inclusiva hoje é palco de muitos debates, me proporcionando um melhor conhecimento nos diversos aspectos que permeiam o impasse educacional existente no processo de inclusão dos alunos portadores de altas habilidades/ superdotado, revelando que o maior desafio da Educação, nesse processo, está na preparação de seus profissionais. Sem ela, não é possível incluir os portadores de altas habilidades/superdotado, de forma a estimular e cooperar para o desenvolvimento de suas potencialidades. Ficou evidente que ainda hoje muitos são os mitos que circundam esse universo, os quais prejudicam a aceitação das necessidades educacionais especiais do indivíduo superdotado, tanto pela escola quanto pela sociedade. Logo, levar ao conhecimento das pessoas a veracidade sobre o tema e seus assuntos correlatos se faz necessário, para que possamos eliminar as barrei-

ras do preconceito, acreditando dessa forma estar contribuindo para a humanização da Educação, facilitando a convivência familiar e a prática pedagógica com tais educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.

AGUIAR, João Serapião de. “Educação inclusiva jogos para o ensino de conceitos”. Campinas, Papiris: 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 05 mai. 2017.

FACION, José Raimundo (org.) Inclusão escolar e suas implicações. Curitiba, Intersaberes: 2012

FRELLER, Cintia Copit; FERRARI, Maria Ávila de Lima e Dias; SEKKEL, Marie Cleire

(org.) Educação Inclusiva – percursos na educação infantil. Itatiba, Caso do Psicólogo: 2011.